

Fórum Técnico do Plano Estadual da Política para a População em Situação de Rua

6ª Reunião Preparatória – 08/02/2018 – 14 horas – Sala de Reuniões 1 da GPI	
Órgãos e entidades presentes	<ul style="list-style-type: none"> • Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais – 4ª Região • Movimento Nacional da População de Rua – MNPR • Pastoral Nacional do Povo da Rua de Belo Horizonte – PPR • Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional – Secir • Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Sedpac • Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag • Secretaria de Estado de Segurança Pública – Sesp • Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento Integrado e Fóruns Regionais – Seedif • Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese
Parlamentares e assessorias	<ul style="list-style-type: none"> • Deputado Rogério Correia • Gabinete Deputado André Quintão • Gabinete Deputado Rogério Correia
Assessoria ALMG	<ul style="list-style-type: none"> • Gerência-Geral de Consultoria Temática • Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação – GID • Gerência-Geral de Projetos Institucionais – GPI • Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial – GRPC
Pauta Prevista	<ul style="list-style-type: none"> • Abertura • Breve apresentação dos convidados: nome e instituição que representa • Validação do documento base • Apresentação do cronograma dos encontros regionais e da etapa final • Regulamento • Marcação da próxima reunião preparatória • Encerramento
Transcurso da reunião / pontos importantes	<ul style="list-style-type: none"> • Aberta a reunião sob a coordenação da equipe técnica. • Breve apresentação dos presentes. • A equipe da Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial da Assembleia – GRPC – comunicou o agendamento de reunião com a assessoria de comunicação dos órgãos e entidades da Comissão Organizadora para parceria na divulgação do evento, e informou que está aguardando a definição dos locais, nas cidades onde serão realizadas as regionalizações, para confecção de convites e cartazes. • O representante da Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Sedpac – informou sobre as reuniões da subcomissão de metodologia realizadas em janeiro para pensar alternativas diante da impossibilidade de conseguir outras fontes de recursos para a realização do evento. Apresentou o cronograma das regionalizações, programadas para: 26 e 27 março, em Betim, 3 e 4 de abril, em Uberlândia, 9 e 10 de abril, em Montes Claros, 16 e 17 de abril, em Ipatinga, 18 e 19 de abril, em Juiz de Fora, e 23 e 24 de abril, em Belo Horizonte. A Etapa Final será realizada nos dias 11, 12 e 13 de junho em Belo Horizonte, sendo,

6ª Reunião Preparatória – 08/02/2018 – 14 horas – Sala de Reuniões 1 da GPI

Transcurso da reunião / pontos importantes

- no primeiro dia, a abertura, no segundo, os grupos de trabalho e, no terceiro, a plenária final.
- Nas regionalizações, está prevista a realização, no primeiro dia, de roda de conversa para facilitar o envolvimento da população em situação de rua no processo e mobilizar para a atividade dos grupos de trabalho no dia seguinte, que contará também com a participação da rede. Serão dois grupos de trabalho. Cada um discutirá as propostas de quatro eixos, sendo permitidos destaques e apresentação de novas propostas.
 - A diária e o deslocamento dos representantes regionais eleitos da sociedade civil serão custeados pela Sedpac e a hospedagem ficará a cargo da Assembleia Legislativa. Serão quatro representantes da sociedade civil e dois do poder público por encontro regional.
 - O representante da Sedpac destacou também que está em busca de parceiros, em Belo Horizonte e nas cidades onde acontecerão as regionalizações, para composição da equipe técnica, que por enquanto conta apenas com dois servidores da Secretaria. Lembrou que poderiam ser disponibilizados servidores de outras secretarias, como a Sedese, a Seplag e a Secretaria de Saúde.
 - Estão previstas ainda, em março, visitas prévias às cidades onde serão realizadas as regionalizações para mobilização das Prefeituras, da rede de atendimento e de entidades para o evento.
 - Foi apresentada a identidade visual do fórum técnico e informado que serão produzidos cartazes, convites eletrônicos, *flyers* e site com todas as informações do evento, que estarão disponíveis no Portal da Assembleia. Haverá também consulta pública *online*, através da qual os municípios que não têm regionalização prevista poderão enviar propostas e sugestões.
 - A equipe da GPI solicitou o envolvimento da Comissão Organizadora para o encontro de locais, com no mínimo duas salas, ou dois espaços diferentes, para a realização do evento nas cidades previstas.
 - O representante do Movimento Nacional da População em Situação de Rua – MNPR – lembrou que seria interessante buscar locais em regiões centrais de fácil acesso para a população em situação de rua.
 - O deputado Rogério Correia assumiu a coordenação da reunião. O parlamentar lembrou que o evento surgiu de um requerimento dele e do deputado André Quintão; destacou considerar fundamental a realização do fórum técnico esse ano, devido ao aumento da população em situação de rua, agravado pelo contexto de crise e perda de direitos; agradeceu o empenho da Assembleia, da Sedpac e de todos que estão envolvidos na construção do Fórum, reforçou que o evento tem todo o respaldo da Mesa da Assembleia e colocou-se à disposição.
 - A equipe da GRPC explicou as ideias contidas na identidade visual do evento, que representaria a proteção das instituições e do governo (telhado), a situação de fragilidade em que essa população se encontra (linha) e a liberdade e esperança (céu).
 - A equipe da GPI lembrou que faltam os locais nas cidades para começar a mobilização para o evento e destacou a importância da parceria das secretarias para a composição das equipes para as regionalizações.
 - Foi sugerido que o Secretário da Sedpac envie ofícios aos secretários de Estado solicitando a disponibilização de pessoal para as regionalizações.
 - Passou-se à aprovação do documento que servirá de base para as discussões do evento.
 - O representante da Secretaria de Estado de Segurança Pública – Sesp – sugeriu a inclusão de proposta com o objetivo de viabilizar o transporte intermunicipal e interestadual da pessoa em situação de rua para estabelecer-se em outra localidade em caráter definitivo ou para qualquer outro interesse próprio.
 - O representante da Sedpac comentou ocorrências em que pessoas em situação de rua não conseguiam embarcar nos ônibus por falta de documentação, devido a uma resolução da Agência Nacional de Transportes Públicos, tendo sido solicitada intervenção

6ª Reunião Preparatória – 08/02/2018 – 14 horas – Sala de Reuniões 1 da GPI

Transcurso da reunião / pontos importantes

- do Ministério Público para alterar essa resolução.
- Foi sugerido o seguinte texto: Assegurar o direito de ir e vir da população em situação de rua no transporte intermunicipal e interestadual.
- A Gerência-Geral de Consultoria Temática da Assembleia – GCT – sugeriu uma proposta mais objetiva, pois direito de ir e vir poderia dar margem a várias interpretações.
- O representante do gabinete do deputado Rogério Correia sugeriu destacar na proposta que essa é uma responsabilidade, sobretudo, dos municípios.
- O representante da Sedpac sugeriu o texto: Articular com os municípios e agências reguladoras para garantir o direito de ir e vir da população em situação de rua.
- O representante da Sesp falou da necessidade de identificar os fatores que impedem essa população de utilizar esse tipo de transporte.
- A representante do Conselho Regional de Psicologia – CRP – sugeriu o texto: Fomentar ações de mobilidade urbana específicas para a população em situação de rua.
- A GCT lembrou que mobilidade urbana garantiria isso na cidade e não no transporte intermunicipal e interestadual.
- O representante da Sesp destacou que o problema aconteceria mais no transporte intermunicipal e interestadual.
- A representante da Pastoral Nacional do Povo da Rua – PPR – alertou que essa proposta não pode ser utilizada para o despacho de imigrantes pelos serviços de atendimento à população em situação de rua.
- Foi aprovado o texto: Fomentar ações de mobilidade urbana específicas para a população em situação de rua, garantido acesso ao transporte intermunicipal e interestadual, de acordo com as necessidades e demandas apresentadas pelo beneficiário.
- O representante do MNPR reforçou a importância de colocar na proposta algo que trave a possibilidade do poder público utilizar isso contra a população em situação de rua.
- A representante da Pastoral sugeriu deixar para as metas e ações alguma restrição nesse sentido.
- A GCT sugeriu dar essa orientação na diretriz.
- O representante do gabinete do deputado Rogério Correia sugeriu a inclusão da proposta no Eixo 4 – Habitação, Moradia e Desenvolvimento Urbano.
- Foi aprovada sugestão de texto para a Introdução Geral do documento.
- Foi aprovada a inclusão de diretriz no Eixo 1 – Direitos Humanos e Segurança Pública – sugerida pela Sedpac: Disseminação de conhecimento sobre direitos humanos e população em situação de rua como ferramenta de promoção destes direitos.
- Foi aprovada a inclusão de proposta no Eixo 1 sugerida pela Sedpac: Realizar atividades de formação em direitos humanos e sobre a rede de garantia de direitos para a população em situação de rua.
- Passou-se à discussão de mais uma proposta da Sedpac para o Eixo 1: Fortalecer e ampliar a presença dos Centros de Referência em Direitos Humanos nos Territórios do Estado.
- A representante da Pastoral considerou que o Centro de Referência em Direitos Humanos faria parte de outra política pública.
- O representante do MNPR destacou a importância de priorizar a criação do Centro de Referência da População em Situação de Rua, específico para atender esse público. Ponderou que a menção ao Centro de Referência em Direitos Humanos pode ser usada como argumento pelo poder público para não criar um centro de referência específico para a população em situação de rua.
- A representante da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese – ponderou que uma ação não exclui a outra.

6ª Reunião Preparatória – 08/02/2018 – 14 horas – Sala de Reuniões 1 da GPI

Transcurso da reunião / pontos importantes

- A representante da Pastoral sugeriu o seguinte texto para a proposta, de forma a destacar a atuação voltada para a população em situação de rua: Capacitar e articular os Centros de Referência em Direitos Humanos para atuar na promoção e defesa dos direitos da população em situação de rua.
- O representante do MNPR opinou pela exclusão da proposta, argumentando que um Centro de Referência da População em Situação de Rua teria mais peso.
- A representante da Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional – Secir – ponderou que o Centro de Referência em Direitos Humanos é um equipamento existente e seria importante direcionar sua ação também para a população em situação de rua.
- A representante da Pastoral lembrou que a população em situação de rua é sempre a última da pauta do poder público e, portanto, quanto mais ampla a ação, menos ela atende as especificidades desse público.
- O representante da Sedpac destacou que a ideia da proposta era fortalecer a atuação dos Centros de Referência em Direitos Humanos nos territórios.
- A representante da Pastoral insistiu que o Centro de Referência em Direitos Humanos seria parte de outra política e defendeu que, no caso da proposta ser aprovada, fosse com a segunda redação.
- O representante do gabinete do deputado Rogério Correia lembrou que os serviços de atendimento não se excluem. Considerou que é importante ter em mente a perspectiva da rede e não pensar em uma concorrência dos equipamentos. A ideia seria justamente articular essa rede.
- A representante do CRP reforçou a importância de especificar na proposta o atendimento dos Centros de Referência em Direitos Humanos para a população em situação de rua.
- O representante da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – também salientou a importância de se pensar na perspectiva de rede. Considerou que seria uma perda retirar os Centros de Referência em Direitos Humanos das propostas.
- O representante da Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento Integrado e Fóruns Regionais – Seedif – comentou que os municípios não têm ainda uma política voltada para população em situação de rua e o Centro de Referência em Direitos Humanos poderia ajudar a fomentar essa política.
- A representante da Secir ressaltou a importância dessa discussão ser levada para o evento, o que será muito construtivo.
- Foi aprovada a proposta com alteração no texto: Fomentar a atuação dos Centros de Referência em Direitos Humanos na promoção e defesa dos direitos da população em situação de rua nos territórios do Estado.
- Foram aprovadas alterações nos seguintes conceitos dos glossários do Eixo I: Centro Estadual de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Criminalização da Situação de Rua.
- Foi aprovada a seguinte proposta no Eixo 3 – Trabalho, Geração de Emprego e Renda: Criar mecanismos de monitoramento que subsidiem a criação de indicadores da inclusão da população em situação de rua nas políticas públicas de trabalho, emprego e renda.
- A GCT pontuou a existência de diferenças de estilo na introdução dos eixos. Foi decidido que a padronização destes textos será feita pela subcomissão de conteúdo.
- A GCT considerou que os conceitos de mercado de trabalho, mundo do trabalho, capacitação, profissionalização, qualificação e qualificação profissional estariam confusos e de difícil compreensão, no glossário do Eixo 3. Foi combinado que a GCT fará uma proposta para aprovação pela Comissão Organizadora.
- Foi discutida a proposta da Pastoral para o Eixo 4 – Habitação, Moradia e Desenvolvimento Urbano: Adequar a regulamentação

6ª Reunião Preparatória – 08/02/2018 – 14 horas – Sala de Reuniões 1 da GPI

Transcurso da reunião / pontos importantes	<p>do subsídio temporário previsto na Lei 21.872, de 3 de dezembro de 2015, a fim de contemplar as especificidades da população em situação de rua. Foi considerado que isso já está contemplado em outra proposta.</p> <ul style="list-style-type: none">• A Consultoria Temática sugeriu incluir na introdução do Eixo 1 – Habitação, Moradia e Desenvolvimento Urbano a política de “Moradia Primeiro”. Acordou-se que isso será feito pela Secir em conjunto com a Pastoral.• A Pastoral se dispôs a atualizar os dados do Centro Nacional de Defesa da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis – CNDDH, no Eixo I – Direitos Humanos e Segurança Pública.• Foi aprovada alteração sugerida pela Sedese nas propostas 7, 10 e 12 do Eixo 5 – Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional.• Foi alterado o conceito de reordenamento no glossário do Eixo 5.• Foi sugerida a inclusão dos conceitos de Educação de Jovens e Adultos – EJA, inclusão digital, modalidades de educação e escola aberta, no glossário do Eixo 6 – Educação, o que será feito pela Sedpac.• Foram aprovadas alterações nas propostas 1, 2 e 5 do Eixo 7 – Saúde.• A Consultoria Temática propôs a reformulação da Introdução do Eixo de Saúde para inclusão de outros temas tratados, o que será feito pela Pastoral.• Combinou-se que os conteúdos que ainda serão produzidos ou reformulados deverão ser enviados para a GPI até o dia 16 de fevereiro para que o documento de propostas seja consolidado e enviado à Comissão Organizadora para conhecimento.• A equipe da GPI propôs elaborar inicialmente um regulamento para as regionalizações e, posteriormente, um regulamento para a Etapa Final, de forma a ganhar tempo para pensar a metodologia dessa etapa.• Os presentes autorizaram a subcomissão de metodologia a definir a versão final do regulamento dos encontros regionais a partir da minuta da GPI.• Foram marcadas mais duas reuniões: da Comissão de Metodologia, no dia 15 de fevereiro, às 9 horas, na sala 1 da GPI; e da Comissão Organizadora, no dia 1º de março, às 9 horas, na Casa de Direitos Humanos.
Próximas reuniões	<ul style="list-style-type: none">• Reunião da Subcomissão de Metodologia: 15 de fevereiro de 2018, quinta-feira, às 9 horas, na Sala de Reuniões 1 da GPI, localizada no 4º andar do Edifício Tiradentes (Rua Rodrigues Caldas, 79, Bairro Santo Agostinho).• Reunião da Comissão Organizadora: 1º de março de 2018, quinta-feira, às 9 horas, na Casa de Direitos Humanos, localizada na Avenida Amazonas, nº 558, no Centro de Belo Horizonte.